

OPINIÃO

Segredos da mata

É tão rudimentar o conhecimento dos brasileiros sobre a Amazônia que nos debates sobre os recursos naturais da Região Norte o mais difícil é separar a verdade do mito.

Pode ser, por exemplo, que os famosos segredos dos pajés sobre as virtudes medicinais de plantas silvestres sejam mais o produto de esperanças otimistas do que de comprovação científica. É o que costumam dizer porta-vozes dos grandes laboratórios; segundo eles, quase todas as substâncias usadas em medicamentos são sintéticas — entre outros motivos, porque a produção é mais barata.

Mas é legítimo ter esperanças, assim como é necessário investigar e pesquisar a diversidade biológica da floresta amazônica, uma das grandes riquezas nacionais. E, se um patrimônio importante existe, é óbvio que precisa ser defendido com inteligência e realismo.

O valor real da biodiversidade da Amazônia tem suscitado debates tão acalorados quanto legítimos. Nos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas — como mostrou reportagem do GLOBO, domingo passado — há quem se sinta incomodado com a saída descontrolada de plantas e animais do território nacional. Discute-se o destino de amostras do patrimônio amazônico, que podem estar sendo usadas para desenvolver remédios, tecidos, cosméticos e alimentos lá fora.

Sob pressão de setores da sociedade, a Câmara dos Deputados nomeou comissão para investigar a biopirataria. E no ano passado o Ministério Público federal chegou à conclusão de que a fiscalização da remessa de amostras é inadequada, quando não inexistente. Segundo especialistas, só existe uma garantia contra a pirataria

de material genético na Amazônia: a honestidade dos pesquisadores estrangeiros.

Uma consulta a 118 cientistas da Associação dos Pesquisadores do Inpa mostrou que poucos estão satisfeitos com o controle da saída de amostras: 43% consideram-no ruim ou péssimo. A Constituição exige que sejam fiscalizadas todas as instituições que manipulam recursos genéticos, mas não há lei específica sobre a coleta de dados e material científico, nem sobre a atividade de estrangeiros.

O reconhecimento das lacunas na legislação e das falhas na fiscalização é um importante primeiro passo para a formulação de uma política oficial consistente e eficaz — equidistante da xenofobia e da displicência. As normas não podem ser rigorosas demais, diz, com razão, o secretário de Desenvolvimento Científico do Ministério de Ciência e Tecnologia: seria o fim da colaboração científica entre cientistas

**Limitações...
tornam
inevitável a
parceria com
estrangeiros**

brasileiros e estrangeiros. Mas não se pode fingir que o problema não existe. O interesse de cientistas de outros países é um bom termômetro da importância das pesquisas na região. Afinal, muitos deles não acham perda de tempo conversar com os pajés.

É claro que o Brasil não tem condições de decifrar isoladamente os segredos da floresta. Limitações orçamentárias e técnicas tornam inevitável a parceria com estrangeiros. E é medida inteligente criar incentivos para atrair pesquisadores brasileiros de outras regiões para a Região Norte — iniciativa que o Governo vem esboçando timidamente. Ela pode vir a ser uma forma de contrabalançar, pelo número, a influência dos estrangeiros. Como se vê, há muitas maneiras de conciliar os interesses nacionais com os de toda a Humanidade.